



O trabalho prático de Comunicação Comunitária em apoio ao movimento social popular: A experiência com o Coletivo Feminista Maria Maria – Mulheres em Movimento

Janaina de Araújo Morais¹

Profa.Dra. Cláudia Regina Lahni² (orientadora)

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo

O trabalho apresenta uma reflexão sobre o desenvolvimento de atividade prática no âmbito da disciplina Comunicação Comunitária, obrigatória no curso de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para isso, tem-se como base trabalhos de Paulo Freire e de Mario Kaplún, que defendem a importância da intervenção social, por parte de educadores e comunicadores, no sentido da construção de uma sociedade mais democrática. São referências, também, trabalhos de Raquel Paiva e de Cicilia Peruzzo, que apresentam definições sobre a comunicação comunitária. É relatada a atividade prática de comunicação de um grupo de estudantes, junto ao Coletivo Feminista Maria Maria Mulheres em Movimento, cujo processo e resultado são objeto de reflexão. Espera-se contribuir com o acúmulo sobre comunicação comunitária e seu trabalho em apoio à necessária emancipação feminina.

Palavras-chave:

comunicação comunitária; movimento feminista; identidade; cidadania; relações de gênero.

Introdução

Atividades de comunicação são desenvolvidas por estudantes da graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com o Coletivo Feminista Maria Maria Mulheres em Movimento, desde o segundo semestre de 2006. O grupo é o Núcleo da Marcha Mundial das Mulheres (ação internacional do movimento feminista) em Juiz de Fora – cidade de cerca de 600 mil habitantes, situada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Essas atividades de comunicação, feitas por estudantes junto ao Coletivo Feminista, são parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da disciplina Comunicação Comunitária, obrigatória no curso de Comunicação (habilitação Jornalismo) na UFJF.

¹ Aluna de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista BIC (Bolsa de Iniciação Científica – Pró-reitoria de Pesquisa). janainajanis@gmail.com

² Professora de Comunicação Comunitária da UFJF, docente do PPGCOM-UFJF, mestra e doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. clahni@yahoo.com.br



Neste paper, refletimos sobre as atividades realizadas pelo grupo de estudantes que trabalhou com o Maria Maria, como atividade prática de Comunicação Comunitária, no segundo semestre de 2009³. Para isso, apresentamos definições de Comunicação Comunitária e sua importância, tendo como principais referências as pesquisadoras Raquel Paiva e Cicilia Peruzzo. Pensando na disciplina ministrada na UFJF, também nos reportamos a trabalhos do educador brasileiro Paulo Freire e do comunicador argentino Mario Kaplún, que sempre defenderam a importância da intervenção social por parte de educadores e comunicadores, assim como ressaltaram a necessidade de agir, refletir e agir novamente. Descrevemos, então, o trabalho do segundo semestre de 2009 com o Coletivo Feminista Maria Maria Mulheres em Movimento e apresentamos uma reflexão sobre o seu processo e seus resultados.

Comunicação Comunitária e sua importância para os movimentos sociais populares

A comunicação é central na sociedade atual. Sua importância se dá porque, a partir dela, teremos informações que são necessárias para a vida em sociedade; entre essas estão as informações sobre direitos. E só reivindica, protege, quer ampliar e exerce um direito aquela pessoa que tem informação, que sabe da existência do seu direito. Daí a defesa da informação como um direito e do direito à informação (Lahni, 2005). Também sabemos da influência, especialmente, dos meios massivos para configurar e reconfigurar identidades. Há quem defenda que a comunicação é hoje o lugar da praça pública, em que cidadãos devem discutir questões que lhes são importantes. Mas como garantir tais debates atendendo a todos, diante do monopólio da comunicação que se tem no país? Afinal, sabemos que os meios massivos, no Brasil, estão nas mãos de cerca de 15 famílias. Com tal concentração, os interesses de grupos dos movimentos sociais populares estão subrepresentados na mídia massiva; esses muitas vezes aparecem em programas jornalísticos ou de entretenimento de forma estigmatizada ou nem aparecem. Portanto, estão alijados de exercer seu direito à comunicação – ou seja, de apresentar as questões que lhes são importantes.

O fluxo informacional é considerado elemento decisório para o exercício real da cidadania, além de imprescindível instrumento democrático. Graças à circulação de dados é possível compreender a realidade e, conseqüentemente, dispor de recursos que permitam interferir no curso da história, alterando o cotidiano. A idéia moderna de informação não pode restringir-se à existência dum fluxo comunicativo unidirecional. Como também passa a ser passível de questionamento a produção veiculada. (PAIVA, 1998, p. 157)

³ Este trabalho é fruto de reflexão conjunta feita pela professora Cláudia Lahni, da disciplina Comunicação Comunitária, e pela aluna Janafina de Araújo Moraes, estudante da Facom-UFJF que foi do grupo de Comunicação Comunitária que trabalhou com o Maria Maria no segundo semestre de 2009. Professora e aluna trabalham juntas em pesquisa sobre educomunicação.



Conforme Raquel Paiva, esse questionamento vai ser feito a partir de processos de leitura crítica da mídia. Vale mencionar que, para Mario Kaplún (1984), a leitura crítica da mídia (educomunicação, como ele chamou) é potencializada com a prática da comunicação: na medida em que fazemos, ficamos mais atentas e críticas aquilo que é feito pelo outro. Assim, o fazer, sem filtros e intermediários, pode ser um estimulador da crítica e da busca pelo exercício do direito à comunicação, por parte de pessoas oriundas das classes populares. De acordo com Paiva (1998, p. 157), ao se fazer a leitura crítica de reportagens e entretenimento da mídia massiva, o movimento popular aponta nas mensagens a promoção de machismo, desprestígio sutil ou aberto da solidariedade, acentuação de um pitoresco na descrição da miséria, incentivo ao individualismo. Isso, por sua vez, também reforça a necessidade da comunicação do movimento.

Paiva (1998, p. 187) defende que o surgimento de um veículo comunitário pode ter “justificativas que vão desde a necessidade de promover a circulação de informação entre os membros duma comunidade, possibilitando assim vínculo mais estreito entre eles, até a divulgação de propostas e reivindicações”. Para ela, os veículos comunitários podem inclusive suprir a necessidade de uma reunião e contatos freqüentes. A autora considera que é preciso haver um trabalho profissional nos movimentos populares e formação do comunicador para isso.

Apesar do entendimento quase generalizado de que um veículo de comunicação comunitária deva ser elaborado pelos membros da própria comunidade, é possível considerar que, com as novas luzes sobre a viabilidade da estrutura comunitária na atualidade, descortina-se a função do comunicador social, como o profissional que pode estar habilitado a trabalhar com esse novo desenho social. Muito mais que um publicitário, jornalista ou radialista, esse profissional deve ser alertado para o seu papel de agente social, aquele que primeiramente é capaz de promover e potencializar a articulação comunitária (PAIVA, 1998, p. 163, 164).

É nesse sentido que entendemos a importância de refletir e realizar a comunicação comunitária. Pensemos, agora, um pouco mais sobre suas definições.

Cicilia Peruzzo (2008, p. 3) apresenta formas atuais da comunicação alternativa, cujo caráter, histórico, é contestador ao *status quo* e “serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas ligadas às carências sociais e econômicas advindas das desigualdades sociais [...], bem como às lutas para democratizar a política e a sociedade”. A autora escreve que



Comunicação popular, alternativa e comunitária: trata-se de uma vertente constituída por iniciativas populares no contexto de localidades, bairros, comunidades (presenciais ou virtuais), movimentos sociais e organizações civis congêneres sem fins lucrativos. Surgem para suprir necessidades de expressão de segmentos das classes subalternas em suas lutas pelo estabelecimento da justiça social. Constroem uma outra comunicação que se distingue da mídia comercial pelos conteúdos difundidos, formatos, sistemas de gestão, pela participação da população e pelo compromisso com o interesse público (PERUZZO, 2008, p. 14).

Entendemos que tal forma de comunicação é essencial para a organização e ações dos movimentos sociais populares, assim como para o exercício do direito à comunicação, especialmente, das pessoas das classes populares. Daí nossa reflexão, aqui apresentada. A seguir, um pouco sobre o trabalho na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ações atuais da disciplina Comunicação Comunitária na UFJF

A disciplina Comunicação Comunitária é obrigatória para estudantes de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Comunidade na sociedade capitalista central e periférica, aspectos teóricos. Comunicação Social. Métodos e técnicas. Desenvolvimento pelas comunidades de seus recursos de comunicação” é a ementa da disciplina que, como parte de seu conteúdo, prevê o “Desenvolvimento de ações comunitárias – orientação de experimentos e relatos de casos” (Plano de Curso – Comunicação Comunitária – 2009). Desde 2005, a disciplina é ministrada pela professora Cláudia Lahni⁴.

Embora caminhem juntos, são três os momentos do curso: exposições feitas pela docente (acompanhadas por leitura dos estudantes), apresentação de textos feita por alunas e alunos e desenvolvimento e apresentação de trabalhos práticos feitos pelos discentes sob a orientação da professora. Tal atividade prática de comunicação (foco principal de interesse deste artigo) é realizada junto a uma comunidade, que pode ser um bairro, um grupo ecológico, uma entidade assistencial etc. A intenção é sempre trabalhar teoria e prática de forma conjunta. O planejamento da disciplina tem como base trabalhos de Paulo Freire e de Mario Kaplún (Lahni, 2006).

Salientando a necessidade de mudanças na sociedade, feita a partir da conscientização, Paulo Freire (1980, p.26) aponta que “a conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão”. Segundo ele, esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os seres humanos. O autor

⁴ Antes disso, a professora Cláudia Lahni ministrou as disciplinas Jornalismo Comunitário e Jornalismo Sindical e Comunitário na PUC-Campinas, entre 1996 e 2000. A docente trabalha em pesquisa e extensão nesta área, onde também atuou como jornalista profissional.



considera que para a educação ser válida deve ajudar o ser humano a chegar a ser sujeito, o que ocorre por uma reflexão sobre sua situação (Freire, 1980, p.34,35).

Em outro trabalho, o educador explana sobre o conhecimento, que não é algo feito e acabado, mas uma situação dialógica. Ele define (e defende) a educação libertadora como “aquela em que, pela desmitologização da realidade, se ajudem educadores e educandos na superação do ‘analfabetismo’ político”; define a conscientização como o “processo pelo qual os seres humanos se inserem criticamente na ação transformadora” e, completa, “a práxis, através da qual a consciência se transforma, não é pura ação, mas ação e reflexão” (Paulo Freire, 1978, p. 92, 94, 109). O autor se coloca contra a massificação que ocorre a partir dos meios de comunicação. E, também como forma de combatê-la, salienta que “não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teórica-prática, reflexão-ação” (Paulo Freire, 1978, p.139) – com o quê concorda e trabalha Mario Kaplún.

Mario Kaplún (1984, p. 20) salienta sua opção por uma comunicação participativa, entre outras razões, como forma de educar para a participação, em prol da democracia, e lembra que “é um princípio já universalmente aceito em pedagogia que um método é tanto mais educativo quanto mais favorece a participação dos educandos”. Tal reflexão tem pautado a atividade de Comunicação Comunitária na UFJF (Lahni, 2006).

De acordo com Mario Kaplún (1984, p.10), “se começa a compreender que não há desenvolvimento sem uma participação consciente dos setores populares, em que estes se mobilizem, assumam um papel protagonista e sejam criadores de suas próprias soluções”⁵. Ele também considera que a participação é característica geral de uma sociedade democrática, voltada para o desenvolvimento. Assim, para Kaplún, a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética, dentro da democracia.

Sempre defendendo a comunicação participativa, o pesquisador lembra que o seu estabelecimento é um processo longo. O fortalecimento dos grupos e sua participação são lentos e a inversão do fluxo comunicativo demora. “Não há que se desanimar. Uma das condições de todo bom educador [facilitador do processo] é a visão a longo prazo”, comenta (Kaplún, 1984, p.59). É preciso continuar, sempre buscando consciência crítica, solidária e comunitária dos participantes.

Como mencionado, a disciplina Comunicação Comunitária busca se desenvolver apoiada em trabalhos de Paulo Freire e de Mario Kaplún. Esses enfatizam a teoria e prática, ação e reflexão conjuntas em prol de mudanças, por uma sociedade mais democrática. A seguir, relatamos e

⁵ Tradução da Cláudia Lahni para todas as citações do pesquisador.



refletimos sobre um trabalho prático, desenvolvido por estudantes⁶ da UFJF, na disciplina, no segundo semestre de 2009. Trata-se da atividade prática realizada junto ao Coletivo Feminista Maria Maria Mulheres em Movimento – no quinto semestre em que trabalhamos com o grupo⁷.

Maria Maria – Mulheres em Movimento

O Coletivo Feminista Maria Maria – Mulheres em Movimento é um grupo organizado por estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, que surge em agosto de 2006, como consolidação de uma demanda das militantes que atuavam no movimento estudantil da época. O diagnóstico da existência do machismo, nos espaços do movimento, fez com que se organizassem enquanto coletivo de mulheres. Inicialmente a atuação do Coletivo limitava-se ao espaço da Universidade, mas como esse movimento de mulheres tomou proporções maiores, professoras e moradoras de bairros próximos ao Campus começaram a participar das atividades do grupo e ampliou-se o eixo de atuação.

O Maria Maria é o núcleo da Marcha Mundial das Mulheres em Juiz de Fora, e um grande foco do grupo é o debate da legalização do aborto e da mercantilização do corpo da mulher pela mídia. Para consolidar os núcleos de mulheres dentro da Universidade e promover o debate desses temas, o Maria Maria faz reuniões periódicas e organiza grupo de estudos feministas, no qual as participantes lêem e discutem textos que tratam de assuntos relacionados à mulher.

Além disso, as militantes participam de debates, eventos e manifestações. Dentre esses eventos, o Coletivo participa do Festival Mulheres no Volante⁸. O Maria Maria entra para contribuir com a parte política do festival, realizando rodas de conversas sobre diversos assuntos. Na primeira edição foi “A mulher e a arte”, na segunda foi “A mulher e a música” e na terceira foi “Mulher, corpo e comunicação”, realizada em 2009.

Tendo como foco principal a luta pelos direitos da mulher, o Coletivo não se limita somente a essa temática. O Maria Maria também procura se organizar e se posicionar frente a discussões gerais de caráter político, econômico e social, inclusive por entender que essas questões influenciam a vida das mulheres.

⁶ O grupo de estudantes da UFJF que desenvolveu trabalho prático junto ao Maria Maria, no segundo semestre de 2009, foi formado por Ludimilla Fonseca, Rodrigo Souza, Marina Botelho, Mariana Lavorato, Luiza Vale e Janaína Morais, autora deste artigo.

⁷ Em Comunicação Comunitária na UFJF trabalha-se com quatro grupos do movimento social por semestre, em cada turno (diurno e noturno). Conforme planejamento da disciplina, tenta-se dar continuidade para o trabalho com um mesmo grupo, no semestre seguinte. A parceria com o Maria Maria está em seu sexto semestre em junho de 2010.

⁸ O Festival Mulheres no Volante é um evento que acontece em Juiz de Fora desde 2007. Organizado por mulheres e tendo como temática a mulher, são promovidas oficinas, mostra de vídeos, rodas de conversa e shows com bandas que tenham integrantes do sexo feminino.



Marcha Mundial das Mulheres

A Marcha Mundial das Mulheres surgiu em 2000, com uma grande campanha contra a pobreza e a violência sexista, que mobilizou mulheres do mundo todo. As ações foram organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” e começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, terminando no dia 17 de outubro.

Foi a partir de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”, que surgiu a idéia de organizar a campanha e criar a Marcha Mundial das Mulheres. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, no Brasil, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

Entre os princípios da Marcha está a organização das mulheres urbanas e rurais com base nos movimentos sociais. O movimento defende a visão das mulheres enquanto sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e na luta pela superação do sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente.

Nos últimos anos as ativistas da Marcha realizaram debates e mobilizações sobre diversos temas: contra a pobreza e a violência sexista, pela valorização do salário mínimo, pelo direito à terra, pela legalização do aborto, contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e Organização Mundial do Comércio (OMC), contra o deserto verde e a violência sexista, por mudanças na política econômica e reforma urbana. “A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir.” (www.sof.org.br/marchamundialdasmulheres - acessado em maio de 2010).

A assessoria ao Maria Maria

Como trabalho prático, a professora da disciplina Comunicação Comunitária propôs que a sala fosse dividida em grupos e cada grupo ficasse responsável por acompanhar e auxiliar um grupo do movimento social da cidade. O grupo do qual participou Janaína de Araújo Morais (autora deste paper), constituído por seis integrantes, ficou responsável pelo Coletivo Feminista Maria Maria Mulheres em Movimento.



O trabalho teve início no final de agosto de 2009 e o primeiro passo foi conhecer o coletivo e o trabalho realizado por elas. No encontro buscou-se identificar as necessidades do movimento, a fim de organizar o cronograma de atividades do grupo. Assim, ficou decidido que o grupo seria responsável pela atualização do *blog*⁹, pelas atividades de assessoria de imprensa do Festival Mulheres no Volante III e pela realização de um vídeo institucional sobre o Coletivo.

No mês de setembro, o grupo se dedicou à atualização do *blog* e à participação em todas as reuniões do Maria Maria. O *blog* é utilizado pelas ativistas como meio de comunicação externa, portanto, informações sobre o Coletivo ou notícias relacionadas à luta eram postadas freqüentemente pelo grupo de estudantes. Como o Coletivo promove reuniões do grupo de estudos feministas, o grupo de Comunitária ficou responsável, também, pela confecção do material de comunicação sobre o primeiro módulo de discussões. Foi elaborado um cartaz e releases que foram enviados para a divulgação da respectiva atividade.

Durante o mês de outubro, o grupo continuou com a atualização do *blog* e a participação em todas as reuniões do Maria Maria. Além disso, prestou assessoria para o Festival Mulheres no Volante que aconteceu no dia 17 de outubro, quando também foi iniciada a filmagem para o vídeo institucional, com realização de entrevistas e captura de imagens da roda de conversa. Depois de ocorrido o Festival, conseguiu-se publicar no jornal *Tribuna de Minas* o texto “Eu fui - Mulheres no Volante: tarde de pouco sol e noite em ótima direção”, escrito por uma das integrantes do Coletivo.

O mês de novembro foi dedicado à produção, edição e finalização do vídeo institucional do Coletivo, além da participação nas reuniões semanais. Conforme o grupo de estudantes, o vídeo foi pensado com bastante cuidado, as imagens, trilha sonora e cores foram selecionadas buscando-se dar uma dinâmica melhor ao vídeo institucional e procurando atender às necessidades das integrantes.

Antes de o trabalho ser apresentado em sala de aula, o vídeo deveria ser mostrado às militantes do Maria Maria. Em 25 de novembro foi apresentado o trabalho prático em sala de aula, com a participação de uma das integrantes do movimento e com a exibição do vídeo institucional para os demais alunos e alunas da sala.

Na apresentação, o grupo explicou como funcionou a assessoria feita com o Coletivo e as intenções ao produzir o vídeo, atendendo à demanda das feministas. A apresentação não se limitou somente à amostragem da assessoria e do vídeo institucional, estendendo-se a uma discussão sobre feminismo. Diferentemente das outras apresentações de trabalho, os alunos e as alunas foram mais

⁹ www.mariamariamulheresemovimento.blogspot.com



participativos, opinando sobre o movimento feminista e também sobre o funcionamento do Coletivo Maria Maria.

A professora, os alunos, as alunas e a integrante do Maria Maria presente gostaram muito do trabalho realizado com o Coletivo e também da apresentação em sala de aula, que incitou o debate sobre feminismo.

Reflexões

Conforme avaliação do grupo, trabalhar com o Coletivo Feminista não foi difícil. Ao contrário de alguns grupos de Comunicação Comunitária, que tiveram problemas com as comunidades com que trabalharam, as integrantes do Maria Maria eram acessíveis e já estavam acostumadas com o trabalho desempenhado pelos alunos e alunas da disciplina.

Não houve problemas internos entre o grupo e o Coletivo. Contudo, foi notada uma resistência, ou até mesmo um certo preconceito das pessoas quando o assunto é o movimento feminista. Esse diagnóstico foi feito com base nos debates dos quais o grupo participou, nas discussões em sala de aula e também nos questionários e entrevistas feitas no Festival Mulheres no Volante III.

No Festival, a equipe de filmagem perguntou para várias pessoas, que estavam no local, qual seria o papel da mulher na sociedade. Não se pretendia usar esse material no vídeo institucional, só se queria saber qual seria a resposta para essa pergunta em um Festival no qual a mulher é a temática principal. A maioria das pessoas, incluindo homens e mulheres, não sabia o que responder, alguns não se mostraram interessados e vários responderam dizendo que o papel da mulher é trazer beleza para a sociedade. Esse tipo de resposta é um fator indicativo de qual tipo de sociedade criamos. Temos uma mídia que supervaloriza a imagem e que trata a mulher como mercadoria, assim, muitas vezes as pessoas não conseguem pensar em outro predicado ligado à mulher que não seja a beleza.

Um pensamento geral apresentado tanto por homens e mulheres, que surgiu nas discussões sobre feminismo das quais o grupo participou, foi que esse é um movimento de pouca representação e que já não tem mais valor na sociedade ocidental contemporânea. A justificativa era que as mulheres já avançaram muito na luta pelos seus direitos e já alcançaram seu lugar ao lado do homem, assim nenhuma luta que envolva esse tema se faz necessária.¹⁰

¹⁰ Essa idéia já foi muitas vezes retomada como forma de justificar atos políticos dos regimes de poder. Durante a fase do progresso industrial na União Soviética, o governo stalinista criou planos econômicos, que necessitavam de uma grande mão de obra trabalhadora, recrutando muitas mulheres para as linhas de montagem. Para tornar as mulheres trabalhadoras qualificadas reservavam 25% a 50% das vagas em escolas técnicas e universidades para as mulheres e os salários entre operárias e operários se igualaram. No



Nas discussões em sala de aula vimos exatamente o oposto: muitos alunos e alunas têm uma visão distorcida sobre o movimento feminista, reproduzindo discursos equivocados que pontuam o feminismo como um movimento contra os homens. Visão esta que é culturalmente passada de pais para filhos e sustentada pelas instituições e pela mídia, que em geral veicula essas idéias de forma a degradar e distorcer as características reais do movimento.

Assim, o que detectamos foi que os alunos e as alunas em vários momentos possuem posicionamentos machistas, sem perceber que os têm e, além disso, acreditam que o machismo já não existe mais, que as mulheres já alcançaram muitas conquistas e já ocupam uma posição de igualdade perante o homem.

Mesmo havendo esses acontecimentos, que de maneira alguma foi algo ruim, e sim enriquecedor para o trabalho, os alunos, as alunas, a professora e a integrante do Maria Maria presente gostaram muito do resultado. A assessoria feita pelo grupo foi elogiada pelas integrantes e também por ativistas da Marcha Mundial das Mulheres de outras cidades. Vale mencionar que o trabalho do grupo de Comunitária conseguiu fazer com que o *blog* do Coletivo ficasse entre os três primeiros resultados do *Google*, caso se procurasse por “Maria Maria”, “movimento feminista” ou palavras relacionadas.

O trabalho desenvolvido com o Coletivo mudou a percepção desta autora (integrante do grupo de Comunitária) em relação ao movimento feminista. Infelizmente, muitas vezes tem-se esta visão culturalmente arraigada pelos meios de comunicação e mecanicamente reproduzida pela sociedade, de que as feministas lutam contra os homens. E não só isso, por vezes pensa-se também que o machismo é algo do passado e que na nossa casa esse preconceito não existe mais. Entretanto, a realidade é outra. As feministas não lutam para que a mulher alcance uma posição superior à do homem, elas lutam por uma situação de igualdade entre os sexos e pelos direitos das mulheres. Por mais que queiramos pensar que o machismo acabou e que ele não está presente nos lares, ele está. Mulheres ainda são vítimas de violência doméstica, mulheres ainda sofrem casos de estupro, mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens, exercendo a mesma função, mulheres ainda são tratadas como objeto de posse por vários homens, simplesmente por serem mulheres.

entanto, como as condições de vida e trabalho eram precárias e cada vez era mais difícil para as mulheres conciliar o trabalho fora do lar com os filhos, houve uma forte queda na taxa de natalidade a partir de 1934. Para o governo, era então necessário tomar medidas para contornar essa situação, e começou-se a criar políticas que fomentassem a volta da estrutura familiar tradicional e uma moralidade sexual puritana. O aborto livre foi abolido em 1936, o divórcio ficou cada vez mais difícil de ser obtido e as cotas para as mulheres nas escolas técnicas e universidades, suprimidas. O governo considerava que “a questão da mulher estava resolvida. Desde que ambos os sexos eram iguais em direitos e deveres, ao menos em teoria, já não eram necessárias medidas especiais a favor do, anteriormente, sexo oprimido.” (trecho retirado do livro *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*, de Ana Isabel Álvarez González, 2010, p. 143).



As mulheres sofrem opressão masculina em qualquer lugar, seja em casa, no trabalho, na faculdade ou até mesmo na rua. Quando um pai pede à filha que passe a ferro a calça dele e não pede ao irmão, ou ele mesmo não o faz, é machismo. Quando um homem aborda uma mulher na rua e a chama de “gostosa”, achando que ela tem que pensar naquilo como um elogio, é machismo. Quando ainda escutamos no trabalho que lugar de mulher é no fogão, mesmo com ar de brincadeira, é machismo. E, muitas vezes, essa cultura machista é reforçada pela mídia massiva.

O machismo se manifesta de diferentes maneiras, seja uma agressão física, ou verbal. Muitas mulheres morreram¹¹ e ainda morrem na luta pelos direitos das mulheres. Não podemos, de maneira alguma, achar que o machismo acabou e que a luta feminista é desnecessária. Ainda temos muito a aprender, muito a avançar para alcançarmos uma sociedade mais justa. E a comunicação comunitária tem papel fundamental nesse sentido.

Considerações finais

As relações de poder e saber, tais como são conhecidas hoje, foram sendo historicamente legitimadas ao longo dos anos. Em toda sociedade a produção do discurso é selecionada, organizada e redistribuída, por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos conferidos ao discurso.

Um dos mecanismos de regulamentação mais conhecidos é a oposição entre o verdadeiro e o falso. Inicialmente, o discurso por si só era considerado verdadeiro. Mas com o surgimento da “vontade de verdade” do ser humano, o discurso, para ser considerado verdadeiro, deveria investir certo nível técnico ao conhecimento.

Contudo, a vontade não é a expressão do desejo do ser humano. Nossa vontade de verdade camufla nossos desejos. O que está em jogo é o desejo e o poder. O discurso mascara a verdade, assim o que prevalece é o discurso do indivíduo que detém o poder, ou seja, o saber. Os discursos veiculados na mídia só têm legitimidade quando proferidos por governantes, médicos, advogados, executivos. Quase nunca a palavra é dada para os oprimidos, ou aqueles que vão contra a ordem do discurso.

¹¹ “O incêndio que teve a maior repercussão na história do movimento feminista estadunidense e que despertou o mais profundo interesse na historiografia dos Estados Unidos foi o da *Triangle Shirtwaist Company* em Nova York. O incêndio ocorreu no dia 25 de março de 1911, seis dias depois da primeira comemoração do Dia Internacional da Mulher, no dia 19 de março daquele mesmo ano. No incêndio morreram 142 trabalhadoras que, entre os meses de setembro de 1909 e fevereiro de 1910, protagonizaram a primeira greve nacional feita exclusivamente por mulheres, reivindicando a melhoria de suas condições de trabalho” (GONZÁLEZ, 2010, p. 81).



Os indivíduos vão apreendendo idéias e valores em nome de um discurso proferido pelas famílias, pelas instituições de ensino e principalmente pelos meios de comunicação. Discursos esses que pretendem ditar ao ser humano o papel que ele precisa desempenhar na sociedade.

Pensando em toda essa soberania dos meios de comunicação é que se faz importante o estudo técnico e científico da comunicação social. Nós jornalistas e estudantes de jornalismo precisamos da teoria para entender como o sistema funciona, e então poder desconstruí-lo. Conforme relato de alunas e alunos, a disciplina Comunicação Comunitária se faz importante quando ensina sobre os movimentos sociais, quando contribui para que as e os futuros jornalistas sejam mais abertos e mais humanos, quando contribui para que percebam que têm que exercer a profissão com consciência, exercitando um olhar crítico sobre a mídia.

Mudando o modo como a mulher é tratada na mídia, desmistificando os mitos historicamente cultuados, dando mais valor e enfoque aos acontecimentos que envolvam a mulher, dando a ela um espaço legítimo de defesa e participação, é que a nossa sociedade – hoje machista e patriarcal - vai ser transformada.

Não podemos nos submeter às regras impostas pelos discursos proliferados indiscriminadamente e que disciplinam toda uma sociedade. É preciso ter uma leitura mais reflexiva e consciente do mesmo, analisando as relações de poder e saber veiculados. Ter um “novo olhar” para os mecanismos de nossas instituições, “questionar” a verdade de nossos próprios cultivados discursos, examinar aquilo que faz com que sejamos o que somos, pode abrir possibilidades de mudanças na sociedade em que vivemos. Nesse sentido, a ação, reflexão e ação, sinalizadas por Paulo Freire e Mario Kaplún e implementadas no processo de Comunicação Comunitária na UFJF, têm se mostrado importantes e fortalecedoras da comunicação para a cidadania.

Referências

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2010.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 1978.

_____. *Conscientização - Teoria e prática da libertação – Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 3 ed., 1980.

HERMOSILLA, Maria Elena e KAPLÚN, Mario. *La educación para los medios en la formación del comunicador social*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, Unesco, 1987.



KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos – El método del cassette-foro*. Bogotá: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

LAHNI, Cláudia Regina. *Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária juizforana Mega FM*. São Paulo: ECA-USP, Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, 2005.

_____. Por uma formação do comunicador integral: Teoria e prática em Jornal Laboratório e Comunicação Comunitária. In: *Lumina*, v. 7, n. 1/2, jan/dez, 2004. Juiz de Fora: UFJF, 2006, p. 117-132.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: Comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço*. Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 2 a 6 de setembro de 2008, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Natal: UFRN, Intercom, 2008. Versão reelaborada (divulgada na lista do Comunicação para a Cidadania na internet).

PLANO DE CURSO. *Comunicação Comunitária*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação, 2009 (mimeo).

Internet:

www.mariamariamulheresemovimento.blogspot.com – acesso em maio de 2010.

www.sof.org.br/marchamundialdasmulheres - acesso em maio de 2010.